LOGEION
Filosofia da Informação

ARTIGO

DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2025v12n1e-7620

Data de submissão: 24/05/2025 Data de aprovação: 18/07/2025 Data de publicação: 23/07/2025

A DOCUMENTAÇÃO DOS DEMBOS
considerações sob o olhar do patrimônio

Valéria Soares e Silva[1]
Universidade Federal de Pernambuco
valeriasoares.silva@ufpe.br

Anna Elisabeth Galvão Coutinho Correia[2]
Universidade Federal de Pernambuco
anna.correia@ufpe.br

André Fernando Cula Bumba[3]
Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda-Angola
andrbumba69@gmail.com

Resumo

Trata da temática patrimônio a partir dos textos e reflexões realizadas nos nossos estudos do doutoramento em Ciência da Informação. Tem como objetivo discutir seu silenciamento a partir das escolhas institucionais e intelectuais do que é patrimônio e de como isso pode impactar no silenciamento e exclusão do acervo e da comunidade que o produziu. Realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, explora as ideias apresentadas por vários autores, e contextualiza brevemente a descoberta do Arquivo dos Dembos e sua história até o Registro no programa memória do mundo da UNESCO. Conclui-se que quando é dada a visibilidade necessária em iniciativas como Registro Memória do Mundo pode contribuir vivamente para a visibilidade de importantes acervos e comunidades.

Palavras-chave: Arquivo dos Dembos; patrimônio; Registro Memória do Mundo.

THE DOCUMENTATION OF THE DEMBOS
considerations from a heritage perspective

Abstract

This work addresses heritage themes based on the texts and reflections carried out during our doctoral studies in Information Science. Its objective is to discuss the silencing resulting from institutional and intellectual decisions about what constitutes heritage and how these choices can lead to the silencing and exclusion of collections and the communities that produced them. Conducted through bibliographic research, it explores the ideas presented by various authors and briefly contextualizes the discovery of the Dembos Archive and its journey until being inscribed in UNESCO's Memory of the World Program. It concludes that initiatives like the Memory of the World Register, when given the necessary visibility, can significantly contribute to the visibility of important collections and their respective communities.

Keywords: Dembo's Archive; heritage; Memory of the World Register.

[1] Doutoranda em Ciência da Informação no Programa da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Conservação e Restauro pela Universidade Nova de Lisboa. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará.

[2] Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, atuando na graduação em Biblioteconomia, e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

[3] Professor adjunto do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda - Angola. Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Ensino das Literaturas em Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda - Angola.

Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

ARTIGO

LA DOCUMENTACIÓN DE LOS DEMBOS
consideraciones desde una perspectiva patrimonial

Resumen

Este trabajo aborda temas relacionados con el patrimonio a partir de los textos y reflexiones desarrollados durante nuestros estudios de doctorado en Ciencia de la Información. Su objetivo es discutir los silenciamientos resultantes de decisiones institucionales e intelectuales sobre lo que se considera patrimonio y cómo estas elecciones pueden llevar al silenciamiento y la exclusión de acervos y de las comunidades que los produjeron. Realizado a través de una investigación bibliográfica, explora las ideas presentadas por diversos autores y contextualiza brevemente el descubrimiento del Archivo de los Dembos y su trayectoria hasta su inscripción en el Programa Memoria del Mundo de la UNESCO. Se concluye que iniciativas como el Registro Memoria del Mundo, cuando reciben la visibilidad necesaria, pueden contribuir significativamente a dar visibilidad a acervos importantes y a sus respectivas comunidades.

Palabras clave: Archivo de los Dembos; patrimonio; Registro Memoria del Mundo.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho pretende analisar a bibliografia que trata sobre os documentos chamados Arquivo dos Ndembo ou Documentação dos Dembos, desde seu primeiro registro na literatura portuguesa até o seu aceite para o Registro Memória do Mundo da Unesco sob o olhar dos conceitos que tratam do patrimônio. Dessa forma o artigo tem por objetivo discutir seu silenciamento a partir das escolhas institucionais e intelectuais do que é patrimônio e de como isso pode impactar no silenciamento e exclusão do acervo e da comunidade que o produziu. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, usando como referências os textos e as reflexões resultantes das discussões realizadas durante nosso percurso no doutorado em Ciência da Informação ainda em curso.

Para contextualizarmos o arquivo e brevemente a região na qual os documentos foram produzidos, apresentamos a bibliografia produzida em Portugal, que tem sua origem nas expedições antropológicas realizadas pelo Ministério das colônias, e os trabalhos de pesquisadores angolanos que se debruçaram sobre a história dessa Região, tão importante para as guerras de libertação de Angola durante os séculos de ocupação estrangeira. Para falarmos especificamente sobre o arquivo trazemos ainda o livro Africae Monumenta, trabalho mais recente e um dos primeiros que tratam especificamente sobre o acervo.

Para aprofundarmos a discussão sobre questões relacionadas ao patrimônio, utilizaremos alguns artigos que tratam sobre a temática dos autores Juan Miguel Palma Pena (2013), Vinícius Souza de Menezes e Rodrigo Porto Bozzetti (2022), José Reginaldo Santos Gonçalves (2003) e Silvia Helena Zarinato (2018) entre outros.

No referencial teórico trazemos as bibliografias portuguesas e angolanas com os estudos que nos permitem ter uma visão sobre a região dos Dembos, e algumas breves referências sobre a documentação. Para as análises e discussões buscamos compreender como os conceitos apresentados por esses estudiosos podem nos ajudar a entender melhor a importância desse acervo e a sua relação com as diferentes visões sobre o que é ou não patrimônio.

2 CONTEXTUALIZANDO A DOCUMENTAÇÃO DOS DEMBOS

A expansão marítima portuguesa tem início por volta do séc. XIV e sob o patrocínio do Infante Dom Henrique, a exploração da costa ocidental africana foi intensificada após a conquista de Ceuta, em 1415. Este movimento inicial foi impulsionado por uma combinação de interesses econômicos, religiosos e políticos, que visavam tanto o alargamento do comércio quanto a propagação do cristianismo e a contenção da influência muçulmana. (Boxer, 1969)

Esse processo vai impactar profundamente em vários âmbitos no continente africano como nos esclarece Catimba (2023, p. 1).

> A partir do século XIV, Portugal no seu desejo expansionista desenvolveu muitas acções para ampliar os seus domínios políticos e econômicos, sendo o continente africano um dos espaços catalisadores para a aquisição de riquezas materiais e humanas. A lógica expansionista alterou profundamente a dinâmica organizacional dos inúmeros estados africanos que viram os seus hábitos e práticas modificados depois da presença portuguesa.

É também, nesse período que se iniciam as relações entre Portugal e Jindembus. Para contextualizar melhor a origem dessa Região temos ao autor Bambi (2019, p.173) que explicita:

> As origens dos povos de Ji-N'dembu continuam até hoje sendo uma temática controversa e sem consenso, não apenas entre as diversas entidades que escreveram a esse respeito, mas também na tradição oral, pois a região é habitada por várias etnias resultantes de um processo de fusão das populações originárias dos antigos reinos do Kongo e de Ndongo, entre cujas fronteiras territoriais se encontrava a região de estudo, onde encontramos população de origem banto, pertencente às etnias ambundo, bacongo, mahungo e loangos.[4]

Sendo mais específico sobre a localização da Região, Galvão (1935, p.6) nos diz que:

> A região dos Dembos a escassos quilômetros da capital, forma uma bolsa que se abre entre as portas de Luanda, entre Caxito e Quifangongo e se estende depois a cerca de 300 quilometros na direção Nordeste. Limitada a sul pelo rio Bengo, é constituída pelas bacias dos rios Bengo, Lombige, Dende e Lifune, Luege e Loge.

Essa área territorial era composta por vários dos chamados Ndembus[5], e é descrita na literatura portuguesa como uma região extremamente organizada administrativa e militarmente, mesmo antes do século XVII (Magno, 1917). É particularmente curiosa essa informação que encontramos na bibliografia portuguesa, se considerarmos que antes mesmo da chegada dos portugueses outros países já realizavam forte comércio na Região, já haviam rotas comercias e grande intercâmbios de mercadoria entre africanos e árabes.

Ainda no século VII os muçulmanos chegam ao Marrocos e tomam conhecimento das grandes riquezas além do Saara e instalaram entrepostos comerciais, que eram os soberanos locais que faziam a intermediação do comércio de ouro na Região. Essas aldeias se transformaram em grandes cidades com construções e muralhas de pedra. (Silva Neto, 2005).

Podemos observar que Ndembus já eram um povo organizado e que possuíam comércio. Então parece estranha a aparente surpresa dos autores portugueses quando relatam a

[4] Original: Los orígenes de los pueblos de Ji-N´dembu, hasta hoy sigue siendo una temática controvertida y no consensuada, no sólo entre las diversas entidades que han escrito a este respecto, sino también en la tradición oral, pues la región es habitada por várias etnias resultantes de un proceso de fusión de las poblaciones originarias de los antiguos reinos de Kongo y Ndongo, entre cuyas fronteras territoriales se encontraba la región de estudio, donde encontramos población de estirpe bantú, perteneciente a las etnias ambundo, bakongo, mahungo y loangos.
[5] Destaco aqui que essa é uma palavra "traduzida" pelos portugueses, entre os angolanos o correto seria Jindembus.

organização dessas regiões, tendo em conta que já na sua chegada encontraram populações bem assentadas, como cita Silva Neto (2005, p.28)

> Quando os portugueses à procura do caminho marítimo das índias desembarcam na costa da África Meridional, aí encontraram populações negras que haviam desenvolvido formas originais de organização social. Essas sociedades, às quais as leis, a religião e os costumes eram ditados pelos interesses do grupo e porque unia a questão tradicional estreitamente vinculada ao mundo dos espíritos, estavam em total oposição aos conceitos europeus que pregavam a supremacia do indivíduo sobre o grupo.

Considerando essa afirmação, talvez Jindembus estivessem mais próximos do que os europeus concebiam como organização social. Mas independente disso, como observamos, é incorreto dizer que os diversos territórios não eram organizados, apesar de ser o que na bibliografia pesquisada faz parecer.

Sobre a hierarquia na organização social da região, o nome Ndembu era também usado para se referir à autoridade que exercia as atividades militares e administrativas dos chamados Dembados e que por volta de 1612 até 1960, foi palco de diversos conflitos de resistência à ocupação da região.

Sobre isso, Tavares e Guimarães (1984, p.11) ressalta que:

> A resistência a penetração portuguesa foi uma constante entre 1631 e 1692 acções guerreiras tiveram lugar em várias regiões para impedir a caça ao escravo e penetração do comércio estrangeiro. Continuam durante todo o século XVIII, com principal incidência na década de oitenta.

Esses conflitos e as sucessivas derrotas do exército português são considerados em determinado momento como uma vergonha para Portugal, em 1857, a região dos Jindembus chega a construir um concelho e a influenciar toda a região a se rebelar contra os dízimos e a se negar a prestar qualquer tipo de vassalagem a Portugal e chegam até a impedir a passagem de qualquer português ou "africano vestido à europeia", por suas terras. São várias campanhas empreendidas, mas que só vão ter êxito de fato, e finalmente ocupar a região em 1919. (Tavares e Guimarães, 1984)

É nesse contexto de conflitos que a documentação conhecida como arquivo dos Dembos, arquivos de Estado Ndembu ou pergaminhos de Caculo Cacahenda[6], como também é referida na literatura, é produzida, e traz documentos de grande parte da região (Almeida, 1938) e vem constituir-se como mais um registro de escrita nesta região que até então na literatura portuguesa. Salientamos que em particular nas missões antropológicas do ministério das colônias era tido como sem escrita, e mais uma vez nos causa espanto essa informação tendo-

[6] Esse nome Caculo Cahenda é utilizado por ter sido nesse lugar onde essa documentação foi encontrada e este ser considerado em determinado momento da história da Região o maior dos Dembados.

se em conta que como nos esclarece, Santos (1995, p.358) em um artigo publicado nas Atas do Seminário Encontro de povos e cultura em Angola, promovido pela Comissão Nacional para a comemoração dos descobrimentos portugueses promovido em Angola, que "Não é verdade que a África não produziu fontes escritas endógenas para fazer a sua história. Os secretários dos chefes africanos eram funcionários da corte, tão assíduos como os macotas[7]" e para além disso cita ainda Silva Porto (no prelo, apud SANTOS, 1997, p. 359), comerciante português que se estabeleceu nos sertões de Angola no séc XVIII que diz :

> Letras. Dom inato nos filhos de África seja qual for a sua origem, sendo raro aquele que se encontra com péssima letra, pois que, geralmente falando, tem grande propensão para a escrituração. Quando a civilização tiver penetrado no seu solo, poder-se-ão contar grande número de eruditos, têm a designação de *Mepére* e *Ocussunéca* ou mestre de escrita, os que desempenham essa missão (Santos, 1997 **apud** Silva Porto, no prelo, p. 359)

Temos então essa documentação que é escrita em Kimbundo, que é a língua utilizada pela maioria dessa população em grande parte de origem Bantu. Mas também, traz na escrita o português, a língua dos colonizadores, uma mistura que vai mudando com o tempo, assumindo em maior medida a escrita portuguesa. São em torno de 2000 documentos que tratam de assuntos diversos: correspondências oficiais, testamentos, genealogias, receitas, orações. O documento mais antigo data do séc. XVI e vai até o início do século XX. Essa documentação encontra-se hoje, parte albergada no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e parte no Arquivo Nacional de Angola em Luanda.

3 OS PRIMEIROS REGISTROS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

Analisando o percurso dessa documentação percebemos que durante muito tempo ela foi vista pelos pesquisadores portugueses apenas como papéis sem nenhuma importância. Como exemplo observamos que são raros os relatos sobre sua existência na bibliografia que trata da região, encontramos apenas um registro em um livro de antropologia, que trata das populações de Angola, onde Diniz (1918, p.217) relata que: "Não conservam a recordação de factos históricos, salvo dalgum fato com eles sucedido, mas perdem a noção do tempo. O Dembo Caculo Cahenda possui algumas cartas patentes desde o século XVII guardadas numa mala."

[7] Plural de kota. Beatrix Heintze por meio da análise de fontes do século XVII traz a definição de kota como "o mais velho de uma linhagem, conselheiro dos sobas dos Mbundu e do rei do Ndongo". Beatrix Heintze, Fontes para a História de Angola do século XVII, p. 120.

Acreditamos que se trate da mesma documentação a que nos referimos devido a similaridade das datas. Dessa forma, observamos então que para além da escassa referência feita sobre a documentação, não encontramos na bibliografia nenhum registro sobre o que é tratado em seu conteúdo ou mesmo a história oriunda dela e nem como foi produzida pela população que a manteve durante tanto tempo sob seus cuidados.

Somente em 1938 teremos novamente o registro dessa documentação na bibliografia dando conta que em 1934 ela foi retirada dessa população e esse fato é referido pelo antropólogo Antônio de Almeida, que se encontrava no distrito de Angola em missão de estudo a serviço do Ministério das Colónias, e assim ele se refere a esse momento:

> Ao lado de trabalhos etnográficos e linguísticos, antropológicos e higiênicos que nos propuseram efetivar, dada a cultura geral que a nossa Escola concede aos seus alunos, também nos chamaram a atenção às condições econômicas e sociais dos nossos colonos, bem como os documentos, muito antigos, que os vários Dembos possuíam, muito em especial, o de Caculo Cahenda, o estado de maior importância territoriais e na política privativa dos indígenas da região. Por meios suasórios (para o que os mata bichos[8] concorreram grandemente), conseguimos que os possuidores dos manuscritos no-los emprestassem e deixassem trazer para a Metrópole a fim de serem convenientemente estudados. (Almeida, 1938. p. 6)

Como dito anteriormente, esses documentos estavam com os Dembos desde o século XVII devidamente guardados apesar dos vários anos de conflitos e intempéries pelo qual passaram. Mesmo assim, foram retirados dessa população por meios suasórios como citado acima, com a promessa de que seriam devidamente estudados. Quando pensamos na forma em como essa documentação é facilmente retirada dessa população para ser levada a Portugal, refletimos como a influência do colonialismo contribui para esse fato.

Sobre o poder colonial, Asad (2018, p.323) ressalta que:

> A estrutura de poder colonial tornou acessível e seguro o objeto de estudo antropológico. Por causa dela, a proximidade física sustentada entre o europeu observador e o não europeu vivo tornou-se uma possibilidade prática. Ela tornou possível o tipo de intimidade em que se baseia o trabalho de campo antropológico, mas assegurou que essa intimidade fosse unilateral e provisória.

Esse contato entre o colonizador e o colonizado, permitia provavelmente um certo nível de confiança, que no caso dos Jindembus mesmo com a promessa de que seria dada a devida importância a essa documentação, na prática não representou a realidade, pois apenas em 1938 um único artigo é publicado, e apesar de em vários momentos do texto referir que essa era uma primeira investigação e análise da documentação, que em breve seriam realizadas mais

[8] Gole de aguardente em jejum.

profundamente (Almeida, 1938), nunca mais ela foi referida por ele, mas sim guardada e "esquecida".

Para tanto, por conta desse acervo ter sido encontrado durante os processos de pesquisas e missões antropológicas precisamente durante o período colonial em Angola, podemos considerar para esse "esquecimento", ou desinteresse a falta de preocupações da própria antropologia da época com esse tipo de acervo e análises nesse período, levando em conta o que diz Asad (2018, p.320):

São fatos indiscutíveis que a antropologia emergiu como disciplina distinta no início da era colonial, que ela se tornou uma pujante profissão acadêmica no fim desse ciclo, e, que ao longo desse período seus esforços se orientaram para descrições e análises – produzidas por europeus para audiências europeias – de sociedades não europeias dominadas pelo poder europeu.

Sobre isso e se falarmos sobre o panorama da antropologia portuguesa especificamente, certamente em decorrência das dependências do colonialismo as pesquisas antropológicas no terreno colonial português preocuparam-se unicamente por investigações antropológicas físicas e/ou biológicas (Leal, 2000, p.28) e ainda que:

> Embora tivessem sido editados alguns estudos marcados por uma certa curiosidade pelos sinais propriamente culturais da alteridade das populações residentes nos territórios sob administração colonial portuguesa, trata-se de contribuições isoladas, de teor essencialmente descritivo e com uma circulação e um impacto limitados na cena cultural e científica portuguesa.

Para corroborar com essa afirmação a partir de um outro ponto de vista, em certa medida, a partir de uma prática que também era comum aos europeus com os saberes que tinham origem no continente africano, Tavares (2002, p.13) afirma que:

> Os europeus só raramente deram atenção aos saberes africanos no sentido de os utilizarem em paridade com os seus. Recolheram, etiquetaram, expuseram e descreveram testemunho da evolução tecnológica, econômica e social possibilitando ao público observar o estado cultural de determinada região, mas nem mesmo in loco lhes deram o estatuto da utilidade actual.

Esses pontos de vista se complementam, ao constatar que em decorrência disso essa documentação só é redescoberta em 1994, 50 anos depois, pela investigadora Maria Emília de Castro e Almeida, filha do antropólogo Antônio de Almeida, entre seus documentos que achavam-se guardados nas dependências do Centro de Antropobiologia, onde ele havia durante muitos anos sido diretor e ela viria a assumir mais tarde. (Tavares, 2002).

Posteriormente essa documentação foi entregue a doutora Maria Emília Madeira Santos também investigadora e ex diretora do antigo Instituto de Investigação Científica Tropical, que relata assim esse momento:

> Antes de ver e tocar os papéis, não me foi possível compreender o telefonema da minha colega e amiga a anunciar-me qualquer coisa de surpreendente encontrada entre o patrimônio recolhido por seu pai em Angola. A visão dos maços de papéis irregularmente dobrados, queimados pelo tempo, deixando um rastro de partículas atrás de si inspirou-me primeiro um certo pejo, seguido de forte emoção ao reconhecer que se tratava, entre outros, de documentos datados do século XVII trocados entre autoridades africanas. Eram tão só as '*mukandas* [9]', que nos habituamos a ver em gravuras, enfiadas num pauzinho seguro pelo empacaceiro[10], endereçadas no verso, dobradas de forma a servirem simultaneamente de missiva e subscrito. (Tavares, 2002. p. 10)

E a partir desse espanto e emoção relatada pela pesquisadora que essa documentação começa a ser vista sob uma nova perspectiva. Em 1995, Maria Emília Madeira Santos apresenta a comunicação "A apropriação da escrita pelos africanos", nas Actas do I Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola em Luanda e posteriormente o livro *Africa Monumenta:* A apropriação da escrita pelos africanos, que nos dá uma luz sobre a documentação e conta um pouco da sua história.

A partir dessa pesquisa em que o conteúdo dessa documentação é analisado pelas pesquisadoras portuguesas e que para elas esse arquivo vem testemunhar um processo de apropriação da escrita não só como uma forma de comunicação oficial entre as autoridades africanas e portuguesas, o que já acontecia em várias regiões, mas também começa a ser utilizada nas correspondências entre os próprios dembados.

Vale ressaltar que as pesquisadoras observaram que as correspondências vão para além do campo da política de estado entrando também no universo da vida individual, do cotidiano, como receitas e orações, e que começa a causar uma mudança cultural, posto que agora vinha a servir também e muito fortemente para legitimar atos internos como eleições, julgamentos entre outros, começando assim a assumir hábitos da cultura portuguesa (Tavares, 2002).

[9] Cartas, mensagem escrita.

[10] Nativo que acompanhava o exército ou colonos portugueses em campanhas militares ou expedições no interior de Angola.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

O caso da documentação dos Dembos é um claro exemplo em que podemos dizer que a distinção dada a uma documentação pode elevá-la a um outro patamar. Tendo em conta toda trajetória ao qual esse arquivo percorreu, em que ele passa de documentos esquecidos a uma grande surpresa como relatamos até aqui, apenas quando as pesquisadoras portuguesas lançam um novo olhar sobre eles é que o acervo começa a ser percebido como patrimônio e que como tal necessita ser preservado e figurando hoje como uma coleção especial. Souza (2002. p. 165) define coleções especiais como: " um conjunto de materialidades marcadas pelo traço distintivo na constelação de escolhas dos técnicos – autoridades epistêmicas classificadoras do legítimo, do distinto e do reputado."

Retornando a referida documentação, observamos que quando voltamos o nosso olhar para a população Jindembus percebemos que uma documentação que vem sendo guardada durante séculos por quem a produziu, que sobreviveu a intempéries, conflitos internos e externos, podemos dizer que para essas populações aquela documentação já se estabelecia como patrimônio daquela comunidade. Vale salientar que não com a mesma intencionalidade observada pelo entendimento europeu de patrimônio, mas como diz Gonçalves (2003), enquanto categoria de pensamento o patrimônio não é uma invenção moderna e tem caráter milenar, e está presente nas sociedades tribais.

No caso desse acervo as comunidades produtoras dessa documentação, transformaram esses escritos bem como os materiais de escrita como papéis, tintas, canetas, lacres, em insígnias de poder entre os povos dessa região. Os lacres que assinavam os documentos eram mantidos nos cajados dos Dembos (autoridades), cabe observar que esse é um objeto de distinção que segue por gerações (Tavares 2002). Mas apesar disso não foi suficiente para que esse acervo enquanto patrimônio daquela comunidade fosse reconhecido como tal pelos portugueses, prova disso foi o tempo em que ele passou guardado e esquecido.

Devemos observar ainda que apesar de a documentação da parte do acervo que estava em Portugal só ter sido encontrada em 1994, havia ainda uma parte dessa coleção em Angola, tendo em conta que o hoje Arquivo Nacional de Angola onde os documentos se encontram albergados existe enquanto instituição desde 1930. Mas foi preciso que essa documentação fosse validada por essas autoridades intelectuais tendo em conta inclusive que a maioria da documentação encontrava-se em seu poder, para que ela pudesse ser reconhecida enquanto patrimônio, aos moldes europeus e assegurando assim sua salvaguarda, divulgação e proteção

mesmo que ela já tivesse sua devida importância quando se encontrava na comunidade em que foi produzida.

Somente a partir desse momento que esse acervo muda de status, e passa a ser considerado patrimônio cultural. Para isso passa por um processo de mudança, é o que a socióloga francesa Natalie Heinich (2014 apud Zarinato, 2018) chama de artificação, que são alterações pelas quais o objeto passa e que são de natureza semântica, jurídica, cognitiva. Seguindo esses princípios, ele é retirado da sua condição inicial, alterado terminologicamente e normatizado por dispositivos jurídicos quando é submetido, em 2011, à apreciação da UNESCO ao registro da memória do mundo passando a ser considerado patrimônio documental, chancelando essa documentação como patrimônio cultural da humanidade e inserido em discursos que reiteram sua excepcional condição, (Zanirato, 2018).

Ressaltamos que no próprio formulário de submissão ao Memória do Mundo no campo referente a sua significância global refere que são registros únicos de interações africano-europeias sob perspectiva africana e que se perdidos prejudicariam o entendimento da história Mbundu e colonial, e reconhecendo assim sua importância. Essa submissão foi realizada em conjunto com o Arquivo Nacional de Angola e Arquivo Histórico Ultramarino, o que elevou esse acervo a um importante patamar tendo em vista as premissas que norteiam esse programa (UNESCO, 2011).

O Programa Memória do Mundo tem papel fundamental no que diz respeito a preservação e acesso a essas documentações. No que diz respeito ao Programa Palma Peña (2013, p.40, tradução nossa) afirma que:

> Os critérios do campo biblioteconômico e do Programa Memória do Mundo articulam-se para fundamentar, em âmbito nacional e local, a análise, identificação, registro e salvaguarda do patrimônio bibliográfico e documental, bem como para viabilizar o acesso aos acervos sob custódia de bibliotecas e centros de informação”[11]

O Programa traz a premissa que “[...] para os povos, a memória é parte integrante de sua existência”[12] (Abdelaziz, 1998, citado por Palma Peña, 2013, p.40, tradução nossa). O autor acrescenta que: "Essa memória se encontra nas diversas expressões antigas e contemporâneas elaboradas com as técnicas, os esforços e a erudição de artesãos e autores.”[13] (Palma Peña, 2013, p. 44)

[11] Original : El critério del campo Bibliotecológico y el del Programa Memoria del Mundo se articulan para que sirvan como base, a nivel nacional y local, del análisis, identificación, registro y salvaguarda del patrimonio bibliográfico y documental, así como para hacer accesible el que se encuentra bajo el resguardo de bibliotecas y centros de información.
[12] Original: (...) los pueblos la memoria es parte integral de su existência [Abdelaziz, 1998: 4];
[13] Original: (...) dicha memoria se encuentra en las distintas expresiones antiguas y contemporáneas elaboradas con las técnicas, los esfuerzos y la erudición de artesanos y autores.

Essa afirmação aproxima essa documentação de sua função que é relatar a história de uma região, por quem efetivamente viveu os fatos e está fielmente relatada pelos registros que estão nesses documentos, sendo assim mais uma fonte de pesquisa que vai além do que é registrado pela bibliografia portuguesa.

Mas ainda há a necessidade de uma maior divulgação desse acervo para que seja reconhecido como fonte para estudos históricos, culturais e sociais, é o que observa Palma Peña (2013, p.35, tradução nossa)

> A transcendência e o impacto do patrimônio só se potencializarão na medida em que as sociedades conheçam, usufruam e reflitam sobre seus elementos históricos, culturais e sociais. E o fator essencial para alcançar tal transcendência reside nas iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural que as instituições nacionais e internacionais propuserem e executarem.[14]

Observamos que se trata de acervo importante para os povos Jindembus por apresentar comunicação oficial do século XVII além de documentos que mostram costumes cotidianos. Dessa forma, esse acervo pode servir de fontes para estudos nas diversas áreas do conhecimento, além de contribuir para a visibilidade internacional contribuindo para praticar da premissa da Memória do mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos a partir das leituras e reflexões que, instituições e/ou autoridades intelectuais é que dão a visibilidade e importância aos que conhecemos como patrimônio, muitas vezes carregada vivamente de uma visão colonialista que norteia grande parte das coleções colocando alguns documentos como mais importantes que outros a partir de quem as chancela. Essa "escolha" acaba levando alguns arquivos de grande importância para suas comunidades ao silenciamento e exclusão.

Mas quando se dá a visibilidade merecida a esses acervos no nosso caso o acervo dos Dembos, como o que é promovido a partir do Registro Memória do Mundo da UNESCO, permite que pesquisadores em várias áreas do conhecimento possam ter acesso e trabalhar com tão importante documentação, como a linguística, a história, a antropologia e a Ciência da informação.

[14] Original: (...) la trascendencia y el impacto del patrimonio sólo se potenciará en la medida en que las sociedades conozcan, usufructúen y reflexionen sobre los elementos históricos, culturales y sociales de éste. Y el factor sustancial para lograr tal trascendencia lo constituyen las iniciativas para salvaguardar el patrimonio cultural que las instituciones nacionales e internacionales propongan y lleven a cabo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio. **Relações com Dembos:** das cartas do Dembo Kakulo Kakahenda. I congresso da história da expansão portuguesa no mundo, Lisboa, 1938.

ASAD, Talal; REINHARDT, Bruno. Introdução a "Anthropology and the Colonial Encounter", Talal Asad. **Ilha Revista de Antropologia,** Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 313–327, 2018. DOI: 10.5007/2175-8034.2017v19n2p313. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n2p313. Acesso em: 8 maio. 2025.

BAMBI, Fernando Jones. El pueblo de ji-n'dembu en vísperas de la llegada de los portugueses a la región: the people ji-n∶dembu before the arrival of portugueses. **Santiago**, Havana, n. 148, p. 172-184, jan. 2019. Disponível em: santiago.uo.edu.cu.. Acesso em: 12 set. 2024.

BOXER, C. R. O **Império Marítimo Português**: 1415-1825. Companhia das Letras, 1969.

CATIMBA, P. L. P. **A resistência dos Dembos face a penetração e ocupação portuguesa (1872-1919)**. 2023. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Ciências Sociais, Instituto Superior de Ciências da Educação, Luanda, 2023.

DINIZ, José de Oliveira Ferreira. **Indígenas de Angola**. Coimbra: Imprensa Universitária, 1918.

GALVÃO, Henrique. **Dembos**. Lisboa: Agência Geral das Colonias, 1935. 51 p. (Colecção pelo Império).

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.;

CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 25-33.

LEAL, João. **Etnografias Portuguesas (1870-1970)**: cultura popular e identidade nacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. 270 p.

MAGNO, David J. G. **Os Dembos nos anais de Angola e Congo**:1484-1912. Lisboa: Tipografia Universal, 1917.

PALMA PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, sep./dic., p. 31-58, 2013.

SANTOS, M. E. M. A apropriação da escrita pelos africanos. In: SEMINÁRIO ENCONTRO DE POVOS E CULTURAS EM ANGOLA, 1., 1995, Luanda. **Actas.** Luanda: Comissão Nacional Para As Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 353-359.

SILVA NETO, Teresa José Adelina da. **Contribuições da história da educação e cultura de Angola**: grupos nativos, colonização e a independência. 2005. 170 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2004. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/337741. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUZA DE MENEZES, Vinícios; PORTO BOZZETTI, Rodrigo. As coleções especiais sob o domínio das distinções. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação** , *[S. l.]*, v. 35, n. 2, 2022. DOI: 10.14295/biblos.v35i2.12584. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12584. Acesso em: 15 jun. 2024.

TAVARES, A. P. R; GUIMARÃES, O. M. F. **A resistência em Angola**: resistência militar à ocupação colonial de finais do Séc. XIX à 2ª década do Séc. XX. Luanda: Secretaria de Estado da Cultura, 1984. 100 p.

TAVARES, A. P. Santos, C. M. ***Africae Monumenta**:* a apropriação da escrita pelos Africanos. Lisboa: IICT, 2002

UNESCO (ed.). **Memory of the word**. 2011. Disponível em: https://www.unesco.org/en/memory-world/arquivos-dos-dembos/ndembu-archives. Acesso em: 10 mar. 2025

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 25, p. 7–33, 2018. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/article/view/144623.. Acesso em: 12 maio. 2025.